

**ACTA N.º 006/2007**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS REALIZADA NO DIA  
VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE**



Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr.º Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria, Luís Alberto Trindade da Silva, primeiro secretário, Nuno José Ferreira Lopes, segundo secretário, e os membros, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Antunes Canais, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Duarte da Silva Vaz Teixeira, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Marta José Guerra Pereira da Silva, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa e João Maria Gomes da Silva.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Abel Resina de Sousa, António Carolino Rodrigues, Carlos Manuel Simões Barata, Diamantino Fazenda Bernardo, Henrique Ferreira dos Reis, João dos Santos Abreu, Manuel João Mota Cardoso e Paulo Renato Ermitão Gregório-----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Carlos Manuel Simões Barata, João dos Santos Abreu e Paulo Renato Gregório, por José António Magalhães Faria Rodrigues, José Carlos Frango e João Paulo Santos, respectivamente.-----

### **CORRESPONDENCIA RECEBIDA**

Foi presente e distribuída, a relação da correspondência recebida, ficando cópia anexa a esta acta. (Anexo I).-----

Estavam também presentes, os Srs. Vice Presidente e Vereador Mário Mota.-----

Foi também justificada a ausência do Sr. Presidente da Câmara, por se encontrar de férias.-----

### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Foram feitas as seguintes intervenções:

O **Sr. Presidente da Mesa**, deu conhecimento da proposta apresentada pelo Bloco Esquerda, para eventual alteração do Regulamento de Utilização do Sistema dos Transportes Urbanos Torrejanos, propondo a sua inclusão nesta ordem de trabalhos.-----

**José Vaz Teixeira** – Manifestou-se de total acordo com a referida proposta e propunha que fosse acrescentado à mesma o seguinte: “*Que idênticas medidas sejam tomadas no sentido de melhorar as acessibilidades aos cidadãos e cidadãs com deficiências nos serviços públicos, nos edifícios públicos blocos habitacionais e instituições privadas*”.

Lembrou que, deverá ser tido em conta que aquando da construção do futuro edifício dos Paços do Concelho que não seja esquecido o acesso aos deficientes e que ainda em relação à paragem dos autocarros que sejam afixados horários e itinerários junto das paragens.

**António Gomes** – Interveio e esclareceu que o BE entregou atempadamente esta proposta à mesa da Assembleia, pensa ter havido alguma confusão pelo facto da mesma não ter sido incluída na ordem de trabalhos, bem como o facto da devida informação também não

chegado aos membros, reforçando que o que se está a discutir e a votar é a inclusão da referida proposta nesta ordem de trabalhos.-----

Foi de seguida votada a inclusão da proposta do Bloco de Esquerda para eventual alteração ao Regulamento dos TUT, nesta ordem de trabalhos, com vinte e sete votos a favor e três abstenções.-----

**Luís Gaspar Lopes** – Colocou as seguintes questões:

1 - Temos visto com frequência algumas esplanadas que ocupam totalmente o passeio das ruas, nalguns casos, obrigando as pessoas a terem que andar às voltas para passar e terem de utilizar a faixa de rodagem junto aos carros. Em Carvalhal da Aroeira, existe lá um café com esplanada que ocupa totalmente o passeio, as pessoas para irem ao mini mercado ao lado, ou passam pelas cadeiras ou então pela estrada, tendo há dias, havido já da parte duma senhora, algum desentendimento com o proprietário do café, que pediu licença, a resposta foi um empurrão, quase que a agrediu e a questão que eu coloco é a seguinte: quando se licencia estas esplanadas não são salvaguardados os espaços necessários para os transeuntes, ou cada individuo, pagando as respectivas licenças de ocupação julga-se no direito de ocupar todo o passeio, como é o caso da Rua Alexandre Herculano, que se circula quase por cima das cadeiras e no largo General Baracho é o mesmo. Questiona se a Câmara quando licencia estes espaços, não prevê a circulação para os peões.

2 - Temos um magnifico espaço de lazer no Largo General Humberto Delgado, mas nota-se algumas faltas, nomeadamente só tem três bancos, os utentes têm de fazer fila para se sentar, as árvores também são poucas e existe um falha grande, que é a inexistência de casas de banho. Deixo aqui o problema. Sobre esse assunto, queria congratular-me pelo arranjo das casas de banho da Avenida Dr. João Martins de Azevedo e dizer que as mesmas irão ter cabines para deficientes, ficando assim aquelas como um bom cartão de visita digno desta cidade, embora claro, não substitui o empenho da Junta de São Pedro, em tentar que a Câmara construa novos balneários no fundo da referida Avenida, próximo do parque de merendas, sem esquecer o actual bom estado da mesma. Ainda neste âmbito já falei e repito a necessidade de colocar dentro da cidade, placas indicativas de várias zonas, nomeadamente

Fátima, e outros locais. É uma falha muito grande, há zonas boas onde colocar essas indicações, por isso deixo a sugestão.-----

**Ramiro Silva** – Colocou as seguintes questões:

1 - A primeira questão que queria colocar tem a ver com o facto de a doze ou treze de Setembro, o Presidente da Câmara de Almeirim enviou um comunicado para as redacções dos jornais regionais, anunciando que o executivo municipal de Torres Novas, numa primeira abordagem estudava a possibilidade de aderir à empresa águas do Ribatejo. Tive a oportunidade de contactar o Vereador Carlos Tomé para saber se este assunto tinha sido abordado em reunião de Câmara, mas isso não aconteceu. Fiquei a aguardar que houvesse da parte da Câmara Municipal alguns esclarecimentos sobre a matéria, tive o cuidado de consultar os jornais mas também não vi nada. Acho extremamente lamentável, deselegante até, que seja o Presidente da Câmara de Almeirim, a informar os eleitos do município de Torres Novas, da perspectiva de adesão da autarquia à firma, sem o assunto ter sido discutido, nem pela Câmara, nem pela Assembleia Municipal. Quero deixar aqui o meu repúdio por este tipo de atitude e de que a Câmara atempadamente, não tivesse dito uma palavra do que se passa. Penso que isto é caso único, ou seja, o Presidente de Câmara de outro município a informar os munícipes da situação, tendo em conta a matéria que é. É lamentável.

2 - No início do ano foi aqui informado que se iria iniciar vários alcatroamentos em diversos lugares do concelho e em particular Pedrógão e Meia Via, a partir de Junho. O que se tem verificado é que esses alcatroamentos não começaram ainda e já estamos em Setembro. De momento, queria fazer a pergunta para quando está previsto iniciarem-se. Na Meia Via a situação das estradas está de tal modo que se o terreno proporcionasse poder-se-iam semear couves para o Inverno. A parte que vai das escolas até ao largo da igreja, que já tem toda a canalização pronta, poderia ser resolvida, porque cria péssimas condições não só para os habitantes, mas também os que lá passam, que eu por acaso meti o carro no buraco e sofri as consequências. Gostaria assim de ter alguma informação sobre isso porque me disseram que faltava concluir a canalização a partir da igreja, mas isso não impedia que concluíssem a outra parte que já está pronta.

3 - Recebi hoje, após muita insistência, mas congratulo-me que isto tenha sido cumprido, uma resposta, em relação à questão da alteração à ordem de trabalhos que já aqui

tinha levantado. Recebi um parecer do jurista da Câmara e que me oferece os seguintes comentários: Em primeiro lugar vem confirmar aquilo que eu tinha dito: é que a decisão de alterar a ordem de trabalhos foi ilegal e vem alertar para o facto do Regimento não estar conforme a lei nesse artigo, sugiro que deveria ser corrigido. Em relação à decisão, o Sr. Jurista diz que não seria até necessária aquela alteração, uma vez que uma nova proposta aprovada, revogava a anterior. Por acaso, nas consultas que fiz, os juristas também me informaram disso, mas disseram que uma vez que a proposta foi introduzida por via duma ilegal alteração, têm dúvidas nesta conclusão. Por uma questão de segurança, para que não haja mesmo nenhum problema no futuro, a minha sugestão era que a mesa pedisse um parecer à CCRLVT e ficávamos descansados em relação a esta matéria”.

**José Gil Serôdio** – Disse o seguinte: Eu tinha vários assuntos para apresentar ao Sr. Presidente da Câmara, sei que se ausentou do país, mas o Sr. Vice está aqui connosco e certamente vai ouvir o que tenho para dizer e transmitir à Vereação e concerteza vão tomar em consideração aquilo que eu vou aqui trazer a esta Assembleia. E começarei por dizer que a Meia Via hoje, parece que foi abandonada pela Câmara, pelos deuses, por todos aqueles que nos podem ajudar. A 23: nós não pedimos a ninguém para que a A 23 ali passasse e dividisse a nossa terra ao meio, mas já pedimos a muita gente que minimizasse o volume de todo o ruído, que o trânsito cada vez com mais quantidade de viaturas provoca na Meia Via. É de facto quase impossível ali vivermos, com todo aquele ruído e parece que chegou a altura da Câmara se pôr do nosso lado, aperceber-se do nosso sofrimento e criar condições para tentar que aquela situação seja resolvida.

Há cerca de dois anos, que a Meia Via tem 1 500 utentes da saúde sem médico. Não conseguimos perceber porque é que isto acontece connosco; sabemos que mais duas freguesias estão na mesma situação. Estamos solidários com elas e pedimos à Câmara que interceda junto da Tutela, tal como fez em relação ao Centro Hospitalar do Médio Tejo para que as freguesias da Meia Via, Pedrógão e Ribeira realmente tenham os seus utentes satisfeitos no que diz respeito à prestação de cuidados de saúde. Acontece que eu este mês tive de fazer uso do livro de reclamações no Centro de Saúde de Torres Novas, porque a consulta de recurso à qual os utentes de Meia Via recorrem, não é recurso nenhum, porque não conseguem satisfazer absolutamente nenhum cuidado de saúde, porque até os médicos se dão

ao luxo de faltar às consultas escaladas para o efeito. Fiz a reclamação já obtive algumas respostas, mas isso não me satisfaz nem a mim nem aos meiavienses. Nós pretendemos e queremos um médico na Meia Via, achamos que o merecemos.

Em terceiro lugar, vou referir aquilo que se passa no que diz respeito aos arruamentos. De facto a câmara municipal propôs-se pavimentar toda a parte urbana da freguesia, iniciaram-se os trabalhos, mas estão neste momento abandonados. Os meiavienses também se sentem abandonados agora, porque não vêm ninguém a trabalhar. Nós na Meia Via estamos talvez ao nível da Bafatá da Guiné ou do menongue de Angola, porque não se admite que ao cair da noite, uma nuvem de poeira se sobreponha a todo o casario meiaviense, tal como eu encontrei nos anos setenta quando estive em África. Estamos na Europa, já não pertencemos ao terceiro mundo, era bom que a Câmara se propusesse resolver rapidamente aquela situação, porque os meiavienses têm a sua vontade e podem tentar impô-la à Câmara. Eu penso que talvez com um pouco de diálogo, boa vontade, fosse possível à Câmara reiniciar os trabalhos, e evitar aquela sensação que os meiavienses hoje têm, de que estão abandonados à sua sorte e a Junta de Freguesia não consegue resolver estes problemas.

Queria ainda deixar a pretensão, de que aquando da pavimentação dos arruamentos da Meia via, fossem tomadas em consideração as requalificações de alguns largos, por exemplo o largo da Igreja, o largo fronteiro às escolas, o largo da Palmeira, e o cruzamento da Charneca. E por falar em Charneca, gostava também que a Câmara não se esquecesse dos esgotos. A Meia Via é praticamente a cem por cento servida por esgotos, a Charneca, é uma rua com cerca de 800 metros, e a única rua que não tem esgotos. Tem todas as possibilidades técnicas de serem feitas eu sei que a Câmara pretende fazer os esgotos na Charneca, só que as pessoas começam a desacreditar e isso é mau porque retira confiança naquilo que nos dizem quando vão à Meia Via, nós queremos acreditar, mas também gostamos de ver a obra feita.

Sobre os loteamentos feitos na Meia Via e Botequim, a Câmara cobrou as devidas taxas e não foram assim tão poucas e depois abandona os loteamentos. A Junta de Freguesia tem de fazer a limpeza dos passeios, mas parece um trabalho ciclópico para nós, cuidar das zonas verdes que não existem e têm de ser feitas e aqui a Câmara é que tem a responsabilidade, recebeu o dinheiro, ou faz a Câmara, ou faz o loteador aquilo que tem de ser feito no que diz respeito às zonas verdes.

Mas como também nem tudo é mau, quero falar das escolas de Meia Via, e aqui tenho de louvar a Câmara porque num espaço de trinta dias conseguiu fazer uma nova sala de jardim de infância, o que fez com que a Meia Via passasse a ter em pleno, quatro salas de básico e duas de jardim de infância cerca de 130 alunos e sem possibilidade de receber mais alunos. Isto é bom, dizem que a Meia Via está em crescimento, mas talvez seja motivo para a Câmara pensar que a Meia Via precisa do seu Centro Educativo o mais rapidamente feito, porque vai com certeza precisar de mais salas nos anos vindouros”-----

**João Silva** – Questionou para quando a execução dos arruamentos de Pedrógão, que estavam programados para antes do verão e estando a aproximar-se o Inverno, preocupa.-----

**António Calado Nobre** – Colocou a seguinte questão:

Tinha sido recentemente noticiado pelos órgãos de comunicação social que a CMTN poderá vir a ser penalizada por ter ultrapassado os limites de endividamento, uma vez que faz parte dos 22 municípios que em 2006, ultrapassaram os limites impostos pela lei das finanças locais. Questiona se a notícia corresponde à realidade, uma vez que a autarquia incorre no risco de sofrer cortes mensais de 10% nas transferências, provenientes do orçamento de estado do próximo ano.-----

**José Carlos Frango** – Colocou as seguintes questões:

1 – Referindo-se à questão do Largo General Humberto Delgado e já também referida pelo membro Luís Gaspar, disse ter feito há uns anos, críticas sobre o local, chamando a atenção para o mau estado do mesmo, parecia o estaleiro da Câmara, agora realmente está de facto com outro aspecto. Fica é mal na fotografia alguns pormenores, como o pequeno troço de estrada por trás da antiga oficina do Joaquim Carreira, que seria boa altura para remediar.

2 – Sobre o estacionamento na cidade, nomeadamente na Praça 5 de Outubro, é capaz de não passar de ser teimosia da parte da câmara, continuar a não deixar estacionar à noite em cima da placa da praça. Durante o dia estaciona-se, à noite não, as pessoas vão para passar, não aconteceu ainda o que aconteceu no Carvalhal, mas aquilo é um monte de carros, que nem de carro se passa. A pé passa-se, mas penso que é um assunto que a Câmara deveria ponderar e considerar, só não vê quem não quer.

3 – A meio do dia de hoje fui convidado para estar na Junta de Freguesia de Assentis, enquanto autarca da Assembleia de Freguesia para ouvir das preocupações da Associação de Agricultores e Produtores do Ribatejo Norte. Achei que estava tudo a funcionar ao contrário, porque reparei que alguns dos senhores ou algumas entidades que deveriam estar presentes não estavam, a começar pelos responsáveis do gabinete da câmara que tem a ver com a área florestal, que eu até desconhecia que existia, (até também o Sr. Presidente da Junta não tinha conhecimento), protecção civil também não, tinha sido tudo convidado. Fica-se a pensar como é que uma Associação legitimada pelo Ministério da Tutela que defende os interesses do país e anda de freguesia em freguesia a sensibilizar a população para o cuidado que se tem de ter com a floresta e não anda um órgão oficial da zona, estando eles instalados como é o caso, nas câmaras municipais. Expresssei o meu desagrado, tive o cuidado de dizer aos senhores que enquanto cidadão e autarca apreciava muito todo o empenho deles, fiquei decepcionado foi com a forma como se chega à população, ou seja, através duma associação que me dá a impressão de não ser a entidade ideal para representar os interesses do país. Queria deixar este recado à Assembleia e para os Srs. Vice-Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia, tirarem as ilacções possíveis e emendarem algo que não esteja bem. Ainda dizer que na última reunião de Julho da Assembleia de Freguesia de Assentis em que se falou dos fogos, fiquei decepcionado com a informação de que a Câmara só tem um tractor para limpeza das valetas iniciando numa das freguesias do concelho, chegando por vezes ao final do verão sem chegar à parte norte. Vê-se montes de ervas e arbustos, admiro-me como se começa por freguesias que não estão tanto em perigo e lembro-me que aquando do último incêndio na serra, junto a Fungalvaz, três dias depois do fogo lá ter andado, o tractor da Câmara foi acabar de limpar o que o fogo não tinha queimado. É um atentado à inteligência das pessoas, por isso fica o recado. Num município com um orçamento quase ilimitado porque não tem problema nenhum com o endividamento, mas tem carros para toda a gente, certamente precisos para trabalhar, não se tem mais meia dúzia de milhares de contos para comprar mais um ou dois tractores para por ao serviço das freguesias, admiro-me como estas situações não são vistas.-----

**Marta Silva** – Disse gostar de obter um esclarecimento sobre a questão de aqui há uns anos, ter sido adjudicada à firma Quartenaire, um estudo para fazer a reestruturação dos serviços culturais da Câmara. Se esse estudo foi feito e a dívida saldada, se poderiam ter acesso a esse mesmo estudo.-----

**António Canais** – Interveio para reforçar o dito pelo Presidente de Junta de São Pedro, sobre a necessidade dos sanitários no Largo General Humberto Delgado, porque pode acontecer virem a servir-se indevidamente das casas abandonadas e por isso reforça a necessidade.

Disse terem recebido do município José Júlio Antunes, cópias de pedidos feitos à Câmara, de deliberações e a Assembleia também. Todos sabem que os municípios têm os seus direitos, saber se a mesa tomou alguma atitude ou se sabem mais alguma coisa.-----

**José Vaz Teixeira** – Fez a seguinte intervenção: “Em relação ao problema da saúde no concelho de Torres Novas, que é um pouco o espelho do país, em que os cuidados de saúde cada vez estão mais degradados e a qualidade é pior, fazemos nossas, as afirmações do Sr. Presidente de Junta de Meia Via no que se refere a este assunto. Efectivamente três freguesias estão num estado que não é admissível: Meia Via, Pedrógão e Ribeira. E seria bom que o empenho que a Câmara e muito bem e todas as forças políticas, puseram na defesa do Centro Hospitalar do Médio Tejo, se estendesse também a esta situação e que com a nova administração, esse problema volte a ser equacionado, e sejam novamente defendidas as posições que se assumiram na altura. Quando por todo o país se procura destruir um Serviço Nacional de Saúde e os médicos são aliciados para sair desse serviço e passar a exercer medicina privada é evidente que não exigimos do Sr. Presidente da Câmara que vá junto do Sr. Ministro da Tutela dizer que a culpa é da política de saúde, seguida pelos governos PS e PSD, é evidente que não lhe pedimos tanto. Pede-se é, que seja eco e proteste contra a qualidade dos cuidados de saúde prestados, nomeadamente a nível primário e em especial nestas três freguesias”.-----

**Adriano Aguiar** – Colocou as seguintes questões:

1 – Referir mais uma vez o mau estado da estrada à saída da Ribeira Branca para sul, tendo já pedido várias vezes raids de protecção e sinalização e que o tapete seja corrigido, sempre que chove há acidentes.

2 – Referiu também a situação relacionada com a zona das pontes que necessita de arranjo adequado.

3 - Falou da possibilidade dos TUT poder abranger mais zonas, considerando haver alguma desigualdade de tratamento, porque há sítios onde circulam só duas ou três pessoas por dia e não se consegue ir à Ribeira que decerto serviria mais pessoas. Lamentam-se porque passa tão perto do cruzamento da S.<sup>a</sup> da Vitória e poderia talvez servir mais gente.

4 - Sobre os futuros centros educativos, não é de acordo com a construção do mesmo prevista para o Pedrógão, tendo já havido manifestações numa assembleia de freguesia e muita gente votou contra, sugerindo por exemplo a construção em Casais Martanes, havendo até a ideia que a ser construído em Pedrógão, valeria mais mandar as crianças para a cidade.

Por último, sobre a falta de médicos, que também abrange a sua freguesia, está de acordo com o que foi dito, lamenta também que a Câmara não dê mais apoio nesta área, pelo menos insistir junto do Ministério, referindo os prejuízos que isto causa.-----

**António Gomes** – Disse o seguinte: “Queria em primeiro lugar concordar com as palavras ditas pelo Presidente de Junta de Meia Via que fazem todo o sentido. É preciso que as populações sejam chamadas a protestar contra uma situação que se está a tornar insustentável. A pavimentação da Meia Via, em particular a 1.<sup>a</sup> fase, estava agendada há muito, não se sabe porque não está concluída, estava agendada, orçamentada e a situação que se vive com o piso intransitável, com grandes quantidades de pó devia preocupar a Câmara. Têm de tomar decisões com urgência para que esta situação seja radicalmente alterada, procedendo à pavimentação de vez, em particular a 1.<sup>a</sup> fase. A população está farta de sofrer, já chega.

Sobre o ruído da A 23, este problema foi colocado aqui há cerca de um ano e também na Assembleia de Freguesia de Meia Via por iniciativa do BE – o Sr. Presidente da Câmara na altura disse desconhecer o problema, mas que se ia inteirar da situação e tentar levar a cabo alguma diligência. A questão que se coloca hoje, não é saber se o problema está resolvido

porque toda a gente sabe que não está, mas sim saber que iniciativas é que foram levadas a efeito durante este tempo e tanto quanto sei, provavelmente, nem um telefonema nem uma carta foi enviada aos responsáveis da autoestrada. Acho que isto é grave, é um grande desrespeito pela Assembleia Municipal e pelas pessoas, não cumprimos com a nossa palavra e não só, mas também com o dever que temos, para o qual fomos eleitos. Isto é uma questão que já tem perto de um ano e exige-se uma resposta concreta e objectiva para o problema, que se agrava.

Sobre a questão da falta de médicos, dizer apenas que o BE entregou a semana passada um requerimento ao governo sobre esta matéria, porque é preciso pressionar, manter este problema vivo, no sentido do governo poder vir a responder à questão, mantendo esta chama viva, porque se cai no esquecimento nunca mais há médico.

Gostaria também de saber que medidas tomou a Câmara quando há duas semanas o Rio Almonda apareceu avermelhado.

Saber também e trazer o protesto do BE, pela aprovação de mais uma superfície comercial para Torres Novas. Toda a gente conhece a invasão das superfícies comerciais, mais esta no mínimo, é não querer o bem das pessoas de Torres Novas, nomeadamente no seu centro histórico.

Queria chamar a atenção para o repuxo no Largo dos Bancos, em que a água mais parece estar podre, basta olhar para a sua cor e até sentir o cheiro da mesma, situação que deveria ser vista, pode ser um problema de saúde pública.

Por último, chamar a atenção para o facto do BE ter entregue alguns requerimentos à Câmara Municipal, através da mesa da Assembleia, o primeiro foi em 24 de Fevereiro e até agora não obtivemos qualquer resposta. Acho que isto é inadmissível, a lei deve ser para cumprir, foram-se passando os meses, são informações que os partidos políticos têm direito a saber, acho que é uma grande falta de respeito pela Lei e também pelo funcionamento democrático das instituições, no mínimo é isso”-----.

**José Conde** – Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa, pediu desculpas pelo atraso da sua chegada e na sequência disso referiu-se ao assunto já mencionado pelo membro José Frango, embora de maneira um pouco diferente. Informou que na qualidade de Presidente de Junta, lhe foi pedida a marcação de uma reunião na freguesia para dia 28, convidou os

membros da Assembleia, mas também lamenta, porque os Srs. da Associação que marcaram a reunião, disseram que tinham convidado outras entidades como, protecção civil, bombeiros GNR e ninguém apareceu. Ficou perplexo e ainda mais porque não esteve ninguém da parte da Câmara a fazer-se representar. Referiu que isto é um reparo, mas insiste que tem conhecimento da existência duma senhora responsável pelo Gabinete na área florestal na Câmara que não apareceu, bem como o Francisco Paiva, que tem mostrado sempre disponibilidade.

Acrescentou que está também preocupado com outras situações na freguesia, como a zona industrial do norte do concelho, alguns arruamentos que se encontram degradados, nomeadamente, a ligação de Assentis a Beselga, a ligação de Vales de Baixo, Vales de Cima e também a ligação de Beselga a Fungalvaz e outros arruamentos, que já fez um ofício a apontar a necessidade de intervenção. Sobre o limpa sebes que já foi referido, considera que apesar de tudo, a freguesia de Assentis é a que está mais limpa, mas tem três funcionários da Junta, diariamente a tratar dela. Sabe que a câmara também se empenha, mas só há uma máquina e são dezassete freguesias, embora quando pede auxilio é sempre atendido. Agradeceu de seguida o empenho do Sr. Presidente da Câmara, com a obra do Pontão de Fungalvaz e ainda com a estrada de Assentis- Alburitel que depois de algumas lutas iniciadas após o 25 de Abril, finalmente as tentativas do Sr. Presidente de Câmara de Torres Novas em conjunto com o de Ourém, irão ter os seus frutos, prevendo-se que a mesma irá ser feita no primeiro semestre de 2008.-----

**José Carlos Frango** – Respondeu de seguida o seguinte ao membro José Conde: a consideração que temos dispensado um ao outro, me leva no entanto a ter que dizer que acabou por não dizer aqui nada diferente daquilo que eu disse referente à reunião que aconteceu hoje. Só estou a tentar defender-me. Também e no enquadramento, posso e devo dizer o seguinte: independentemente das cores políticas diferentes, sempre no que diz respeito à junta de freguesia em causa, a colaboração política minha e dos restantes, tem sido aberta, sem levantar questões, sempre só a sugerir, tendo em vista o bem da freguesia.-----

O **Sr. Presidente da Mesa** – Informou que o assunto relacionado com o envio de correspondência de José Júlio Antunes, estava a ser tratado no gabinete de apoio do Sr. Presidente da Câmara.-----

**Sr. Vice Presidente** – Iniciou a sua intervenção, respondendo às questões apresentadas, nomeadamente: sobre as esplanadas, tem sido intenção da Câmara estendê-las o mais possível, tendo em atenção todas as normas dos espaços, embora o caso referido de Carvalhal denote por certo falta de cuidado. Regista o pedido de mais cuidado com os out doors, estão atentos e irão aparecer melhorias. Respondendo sobre a eventual adesão deste município às águas do Ribatejo, informou que a Câmara de Torres Novas na pessoa do seu Presidente teria sido abordado no sentido da possibilidade de adesão, como foi por outras empresas na área da concessão. Embora o processo da concessão das águas exista na câmara, o país evoluiu e verifica-se com agrado e cautela que o próximo QREN contempla verba para este sector, mas está tudo por decidir. Sobre os alcatroamentos em Pedrógão, estão previstos iniciarem-se no final do ano e na Meia Via a obra foi entregue a uma firma construtora, não é nada com a Câmara, não entendendo porque pararam, tendo sido prometido que iriam começar a todo o momento. Sobre a A 23 e ruído, não sabe de quaisquer contactos ou passos que foram dados, mas irá inteirar-se. Acerca dos problemas advindos da falta de médicos, todos sabem que é uma preocupação da câmara, mas a resposta é sempre a mesma, que não há. Mas a insistência é muita. Ainda sobre os loteamentos em Meia Via, não é a primeira vez que se ouve as queixas, mas o loteador também é responsável. Sobre o estacionamento na Praça 5 de Outubro, os horários foram acertados com os comerciantes. Ainda em relação ao antigo mercado, irá ser iniciada em breve no local, a obra do parque subterrâneo que será a cem por cento suportado pela empresa.

Sobre a falada reunião pelo membro José Carlos Frango e Presidente de Junta de Assentis, não sabe se a Câmara foi convidada, não sabe que associação é, mas irá inteirar-se. Ainda da referida falta de máquinas de limpeza, é insuficiente é verdade, mas lembra que a Câmara só tem uma cota parte na responsabilidade dalguns percursos e dalgumas bermas no concelho, o restante é da responsabilidade da Direcção de Estradas, que também por vezes não cumpre com o seu papel, originando até algumas contra ordenações levantadas pela GNR.

Prestou ainda informações referentes ao estudo feito pela Quartenaire que concluiu o trabalho e irá solicitar à Vereadora para que possa ser consultado. Também ficarão os registos do Presidente de Junta de Ribeira, sobre as necessidades de intervenções, especialmente no açude que deve ter um tratamento especial, bem como realçou que sobre os TUT, tudo aponta para a futura existência de oito núcleos no concelho, havendo assim a esperança da Ribeira poder vir a ser também contemplada. Sobre a questão de não concordância com o centro educativo em Pedrógão, foi definida a sua localização, o processo encontra-se a evoluir, mas levará a recomendação.

Sobre a recente poluição do Rio Almonda, nada sabe de concreto. Em relação ao protesto do BE sobre a abertura duma nova superfície comercial, fica-se na ideia que se fosse feita uma auscultação à população, tem dúvidas se não ganharia. Fica a recomendação para o largo dos bancos. Informou ainda que se prevê dentro de pouco tempo, a construção da escola do norte do concelho,

Acerca da questão já aqui referida e veiculada na net e jornais, sobre o sub-endividamento desta Câmara, informou que já há alguns meses a esta parte, mais propriamente em Julho, o ofício da DGAL, dava conta do sub-endividamento na ordem dos quatro milhões de euros. Houve um prazo para recurso, foi feito, baixou para metade que é a notícia de hoje, mas destes 2 milhões em que para as 22 há uma forma de recuperação que não é imediata, irão contestar, os serviços confirmam que existe resposta e que estes valores não estão correctos, porque as contas estão feitas em relação a 2006 e no ano de 2006 estavam em curso obras extremamente importantes e muito penalizantes em termos financeiros, como o viaduto, piscinas, biblioteca, palácio dos desportos, obras que começaram ainda em 2005 e deve essa facturação ser retirada. Acrescentou ainda que se forem contemplados como foram outras câmaras do distrito, que incluíram a totalidade dos empréstimos, sai-se desta lista. Estão tranquilos e aguardam que a próxima resposta será sair da lista, mas se tal não acontecer continuarão tranquilos, não impedindo até de numa próxima reunião da câmara haver uma proposta para descida do IRS no concelho.-----

**Ramiro Silva** – Disse o seguinte: “Querida dizer que em relação às questões do Centro de Saúde e da falta dos médicos de família, aquilo que foi dito pelo Sr. Vice Presidente é muito pouco, porque é aquilo que nós temos vindo a ouvir desde que não há médicos de

família. Eu não sei se sabem que há cinco e meia da manhã estão pessoas de muita idade, à porta dos Centros de Saúde, pessoas com 80 anos. As pessoas que recorrem aos centros de saúde são pessoas com muita idade, temos de ser sensíveis a isso. E eu penso e já foi dito aqui, que não tem havido da parte da Câmara, em particular do Sr. Presidente da Câmara, o mesmo empenho que ele teve para resolver a questão do Centro Hospitalar e fez bem. Eu quero aqui reafirmar e dizer que a Assembleia Municipal deve, a exemplo do que fez quando foi para o caso do Centro Hospitalar, em conjunto com a Câmara, pressionar. Porque o que está aqui em causa não é falar com a Directora do Centro de Saúde, porque ela não tem capacidade para resolver o problema, porque isto é um problema de política de saúde, toda a gente sabe que se querem fechar as extensões de saúde nalgumas aldeias e há aqui uma falta de sensibilidade social muito grande. Um dia destes, fui propositadamente para ver e às seis da manhã já estavam cerca de doze pessoas á espera. E há solução para o problema, lembro que numa reunião que assistimos há mais de um ano com o Dr. Afoito, ele mesmo disse: “não há portugueses, vamos contratar espanhóis” e eu antes quero ter um médico espanhol que não ter médico. Tem de haver empenhamento político como houve para a questão do hospital. Agora são três freguesias, mas a situação pode-se agravar. Penso que esta resposta dada pelo Sr. Vice Presidente é igual à do ano passado. Quero reafirmar mais uma vez que é de uma grande insensibilidade política não se intervir para resolver este problema que envolve pessoas idosas, quase todos de mais de 70 anos, que têm de recorrer a estes serviços.-----

**António Gomes** – Interveio para referir pretender ser esclarecido sobre a obra da pavimentação da Meia Via, porque de inicio o que foi informado é que na pavimentação iria haver duas fases e a 1.<sup>a</sup> seria por administração directa. Agora o Sr. Vice diz que se está à espera que a empresa inicie os trabalhos, gostaria de saber qual é a situação, é da responsabilidade da Câmara ou de uma empresa privada.

Sobre o problema do Rio Almonda, é preciso que a culpa não morra solteira, entendo que a Assembleia deveria ser informada de uma forma clara e precisa com todos os detalhes, inclusivamente se houve lugar a coima. Não pode continuar a acontecer que o rio apareça de várias cores e existe o regulamento que aprovámos aqui há pouco tempo que deverá ser cumprido. Sobre a grande superfície comercial é estranho que se pense assim, numa altura em

que existem propostas de recuperação do centro histórico, permite-se uns metros à frente, uma grande superfície comercial, não bate a bota com a perdigota.-----

**José Gil Seródio** – Referiu que o Adriano Aguiar, como Presidente de Junta da Ribeira tinha demonstrado alguma relutância com a construção do centro educativo de Pedrógão. Em relação a isso, saiu nos jornais que tinha sido anulado o concurso para projectista, de quatro centros educativos, ou seja: Assentis, Pedrógão, Olaia e Negréus. A informação é que nesta fase existiam cinco centros educativos, ou seja nesta lista falta o de Meia Via. Posteriormente foi informado que centros educativos são apenas quatro, os que referi e que a Meia Via iria ter um tratamento diferente, o mesmo acontecendo em relação às parcerias Alcorochel-Broqueira e Parceiros-Zibreira. Pediu ao Sr. Vice e posteriormente gostaria que fosse por escrito dado à Junta de Freguesia de Meia Via, um esclarecimento sobre estas questões.-----

**Sr. Vice Presidente** – Respondeu que sobre o atraso verificado na 1.ª fase da obra da Meia Via, o mesmo se deve a questões técnicas -----

**Procedeu-se de seguida a um pequeno intervalo.**-----

**Retomada a sessão, deu-se início á ordem de trabalhos e que é a seguinte:**

- 1 - Apreciação e votação das actas das sessões anteriores.**
- 2 – Apreciação e votação das seguintes propostas da Câmara: 2.ª Revisão ao Orçamento, 2.ª Revisão ao PPI e 2.ª Revisão ao PAM.**
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para contratação de avença com revisor oficial de contas para o TMTN – Teatro Municipal de Torres Novas.**
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para declaração de interesse público do Pontão das Nogueiras na EN 3, na freguesia de Parceiros de Igreja.**
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para desafecção do uso público, de uma parcela de terreno sita na Avenida 16 de Maio, em Riachos.**
- 6 – Apreciação e votação da proposta da Câmara, para desafecção do uso público, de uma parcela de terreno, sita em Pedrógão.**
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para desafecção do uso público, de uma parcela de terreno, sita em Babalhau.**

- 8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para alterações de trânsito na freguesia de São Pedro.**
- 9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, de alteração ao Regulamento da Zona Industrial de Riachos.**
- 10 – Informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade municipal.**
- 11 - Análise e votação da proposta para eventual alteração ao Regulamento de Utilização do Sistema de Utilização do Sistema de Transportes Urbanos Torrejanos.-----**

### **PONTO UM**

#### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES.**

Foram presentes as actas número quatro e cinco das sessões realizadas a vinte e cinco e vinte e sete de Junho, tendo sobre as mesmas recaído a seguinte votação:

Acta número quatro foi aprovada com três abstenções de membros que não estiveram presentes.

Acta número cinco: Por sugestão de António Gomes e por considerar não estarem descritas na mesma a totalidade das respostas do Vereador Lobo Antunes às suas propostas, foi por consenso de todos adiada a sua votação para a próxima sessão.-----

### **PONTO DOIS**

#### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, 2.ª REVISÃO AO PPI E 2.ª REVISÃO AO PAM.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a quatro de Setembro do ano em curso. (Anexo 2).-----

**António Canais** – Referiu que o seu grupo irá abster-se na votação destas propostas, devido ao facto da falta de rigor na elaboração dos documentos previsionais.-----

**Não tendo havido mais intervenções deliberou a Assembleia Municipal, com vinte e dois votos a favor e onze abstenções, aprovar as seguintes propostas da câmara: 2.ª Revisão ao Orçamento, 2.ª Revisão ao PPI e 2.ª Revisão ao PAM.-----**

**PONTO TRES**

**APRECIACÃO E VOTACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
CONTRATAÇÃO DE AVENÇA COM REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA  
O TMTN – TEATRO MUNICIPAL DE TORRES NOVAS.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a vinte e quatro de Setembro do ano em curso. (Anexo 3).-----

**António Canais** - Chamou a atenção para o facto de constar nos documentos entregues, que a proposta é feita com base no n.º 1, alínea l) do artigo 53.º da Lei 169/99, com a sua redacção actual, (referente a moções de censura) quando deveria constar, n.º 2 do mesmo artigo.-----

**Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e por unanimidade, concordar com a contratação de avença com revisor oficial de contas para o TMTN – Teatro Municipal de Torres Novas.**-----

**PONTO QUATRO**

**APRECIACÃO E VOTACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DO PONTÃO DAS NOGUEIRAS  
NA EN 3, NA FREGUESIA DE PARCEIROS DE IGREJA.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a vinte e seis de Junho do ano em curso. (Anexo 4).-----

**Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, por unanimidade, declarar de Interesse Público o Pontão das Nogueiras na EN 3, na Freguesia de Parceiros de Igreja.**-----

**PONTO CINCO**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
DESAFECTAÇÃO DO USO PÚBLICO, DE UMA PARCELA DE TERRENO  
SITA NA AVENIDA 16 DE MAIO, EM RIACHOS.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a quatro de Setembro do ano em curso. (Anexo 5).-----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, por unanimidade, aprovar a desafecção do uso público, de uma Parcela de Terreno sita na Rua Francisco Guimarães Oliveira, em Riachos.**-----

**PONTO SEIS**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
DESAFECTAÇÃO DO USO PÚBLICO, DE UMA PARCELA DE TERRENO,  
SITA EM PEDRÓGÃO.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a quatro de Setembro do ano em curso. (Anexo 6).-----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, por unanimidade, aprovar a desafecção do uso público, de uma Parcela de Terreno sita em Pedrógão.**-----

**PONTO SETE**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA  
DESAFECTAÇÃO DO USO PÚBLICO, DE UMA PARCELA DE TERRENO,  
SITA EM BABALHAU.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a dezoito de Setembro de dois mil e sete. (Anexo 7).-----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, por unanimidade, aprovar a desafecção do uso público, de uma Parcela de Terreno sita em Babalhau.**-----

**PONTO OITO**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA ALTERAÇÕES DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a vinte e seis de Junho do ano em curso. (Anexo 8).-----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, por unanimidade, aprovar as alterações de trânsito na freguesia de São Pedro.**-

**PONTO NOVE**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE RIACHOS.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara, celebrada em quatro de Setembro do ano em curso. (Anexo 9).-----

Foram feitas as seguintes intervenções

**António Leal** – Interveio para referir que no seu entendimento, esta proposta, não seguiu os trâmites devidos, por constar já da mesma a publicação da alteração em análise, no Diário da República, desvirtuando assim as competências desta Assembleia, que é de aprovação e não de ratificação.-----

Sobre este assunto, António Gomes interveio e disse que no seu entendimento a publicação no Diário da República se refere à chamada discussão pública da proposta, o que foi confirmado pelo próprio António Leal e restantes membros .-----

**Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento da Zona Industrial de Riachos - Cova do Minhoto.**-----

**PONTO DEZ**

**INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Foi distribuído a todos os presentes, cópia da informação em epígrafe, fazendo a mesma parte integrante desta acta. (Anexo 10).-----

**António Canais** – Referiu mais uma vez que terá de haver mais cuidado na elaboração destas informações, das setenta e quatro obras concluídas, vinte e três já constavam da anterior informação, concluindo que só há seis obras novas. Das setenta e quatro, cinquenta e nove, já se repetiam na outra informação, portanto só há quinze nas diversas rubricas. Conclui-se também, que se a informação fosse elaborada com rigor, em vez de quatro folhas, chegava uma, dava menos trabalho, já para não falar no exagero que houve com as fotos, que afinal não deviam constar.-----

**Ramiro Silva** – Também questiona qual o critério utilizado do “iniciar brevemente” – porque a obra da iluminação do nó da A 23 continua a vir quase há dois anos. Também a anunciada construção de três courts de ténis que o projecto parece que colocava um jogador de frente para o sol, não sabe como se encontra.-----

**PONTO ONZE**

**ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA EVENTUAL ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES URBANOS TORREJANOS**

**Foi de seguida lida pelo 1.º Secretário da Mesa a seguinte proposta apresentada pelo BE:**

*“Por decisão do Parlamento e do Conselho Europeus foi designado o ano de 2007 como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos - Para uma Sociedade Justa.*

*O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos pretende sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade justa e coesa. Preconiza iniciativas de sensibilização que tenham por objectivo combater atitudes, práticas e comportamentos*

*discriminatórios, bem como informar os cidadãos sobre os seus direitos e obrigações. Inscreve-se numa abordagem transversal do combate à discriminação, que deverá permitir assegurar a aplicação correcta e uniforme do enquadramento legislativo comunitário em toda a Europa, pondo em evidência os seus princípios essenciais e angariando o apoio activo do público à legislação em matéria de não-discriminação e de igualdade.*

*Iniciativas como esta podem contribuir para a melhoria das condições de vida dos sectores da população que mais apoio necessitam, como é o caso das pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência.*

*Uma boa forma de se avaliar um povo é o modo como são tratados os seus cidadãos com deficiência. Em Portugal, muitos destes continuam a sentir-se excluídos porque muitas estruturas não estão preparadas para lhes conceder autonomia de movimentos e um mínimo de qualidade de vida.*

*Alguns de nós já fomos deficientes temporários devido a qualquer espécie de acidente e todos somos candidatos a uma deficiência permanente, qualquer que seja o grau de saúde que, neste momento, gozemos. Por isso tudo o que hoje façamos pela melhoria da qualidade de vida do cidadão deficiente pode, amanhã, vir a ser útil para qualquer um de nós.*

*Apesar dos progressos já conseguidos a nível europeu e nacional na eliminação da discriminação e na promoção da igualdade de oportunidades, muito há ainda a fazer. Toda e qualquer legislação, por mais cuidadosamente elaborada que seja, não passará de letra-morta se não for traduzida em acções de longo prazo por uma vontade política e não for amplamente apoiada pela população.*

*No concelho de Torres Novas, as barreiras arquitectónicas são bem evidentes e no sector dos transportes as carências são enormes. Há dificuldades de acessibilidade às paragens e abrigos dos TUT, falta de rampas de acesso aos transportes públicos e os respectivos autocarros não estão adaptados aos cidadãos deficientes. Os deficientes que os podem utilizar têm que pagar o mesmo que qualquer outro cidadão na posse de todas as suas faculdades físicas e mentais.*

*No transporte ferroviário é concedido 50% de desconto a quem tiver 60% ou mais de invalidez e não tenha ganhos superiores ao ordenado mínimo nacional.*

*Face ao exposto, o Bloco de Esquerda de Torres Novas propõe que:*

- *As paragens, abrigos e autocarros sejam devidamente preparados para que os cidadãos portadores de deficiência possam ter acesso com o mínimo de dificuldades (cadeira de rodas, canadianas, invisuais, entre outros).*

- *Seja concedido a todos os cidadãos deficientes residentes ou não no concelho de Torres Novas um desconto mínimo de 50% no Passe dos transportes TUT e de 25% no Bilhetes Simples (como já acontece para com os idosos e estudantes - Artigo 100 do Regulamento).*

*Esta é a forma de Torres Novas contribuir para que o ano Europeu da igualdade de oportunidades para todos e todas seja um facto.*

*A discriminação positiva para com estes e estas cidadãos e cidadãs pode colocar Torres Novas no caminho das cidades com maiores preocupações sociais.-----*

**Manuel Filipe** – Dizer que o seu grupo votou favoravelmente a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, pela sua oportunidade, mas irá abster-se na votação do mesmo pela seguinte razão: “É curioso que tenha sido apontado aqui o exemplo do que se passa no transporte ferroviário e se queira ser mais bondoso para Torres Novas e para os TUT e abranger todo e qualquer tipo de deficiência. Quer-nos parecer que seria de acautelar esta abertura tão abrangente e que se seguisse também o exemplo do que se passa no transporte ferroviário, porque nem todos os deficientes são iguais. Haverão uns com deficiência mais profunda do que outros e haverá também uns com posses superiores a outros. A razão de ser da nossa abstenção deve-se ao facto desta proposta ser de certa forma tão lata e pegando um bocadinho na deficiência e não discriminando outros factores que podem discriminar e que podem separar diversos tipos de deficiência e de carência de ordem social e económica”.-----

**António Leal** –Referiu que a apresentação desta proposta, é uma atitude política por parte do BE, tem algum sal, levanta algumas questões, embora considerando que apesar de tudo, Torres Novas felizmente tem instituições que têm contribuído, para que os menos capazes nesta sociedade, tenham expressão e consigam integrar-se cada vez mais. Mas sobretudo esta questão que aqui levanta o Bloco de Esquerda tem o mérito de exigir que também se possa exigir à Câmara o cumprimento das leis, porque exigir que se faça paragens e abrigos adaptadas a portadores de deficiência, está na lei, como está na lei outro conjunto de situações que tem a ver com as barreiras arquitectónicas referentes aos meios que se tem de

dar aos menos capazes. Isto só serve para que se continue a exigir à Câmara que cumpra a legislação como já disse atrás. Quanto aos descontos não se opõem, como é claro. -----

**José Vaz Teixeira** – Disse o seguinte: “Concordamos na generalidade com a proposta do Bloco de Esquerda, é pertinente neste Ano Europeu da Igualdade das Oportunidades para Todos, e todos nós sabemos das barreiras arquitectónicas existentes, não só em Torres Novas, não é uma acusação á câmara de Torres Novas, é para que a Câmara cumpra com a legislação existente, e que naqueles, onde há dificuldade de acesso, como os marcos de correio, caixas Multibanco, o acesso aos edifícios que não têm rampas de acesso, não sei se a legislação ainda é permissiva mas se é, acho que a Câmara deve pressionar a prática, para que essas rampas existam. De modo que em relação a esta proposta que aprovamos gostaríamos que fosse alargado um pouco o âmbito da mesma e naquilo que está na mão da Câmara fazer, que fosse acrescentado o seguinte: *Que idênticas medidas sejam tomadas no sentido de melhorar as acessibilidades aos cidadãos e cidadãs com deficiências nos serviços públicos, nos edifícios públicos blocos habitacionais e instituições privadas*”.-----

**Evelina Mendes** – Disse só querer reforçar as palavras do membro José Vaz Teixeira, referindo que o Dec-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, aprovou o regime de acessibilidades em edifícios de estabelecimentos que recebem público, vias públicas e edifícios habitacionais, está em vigor e é aplicado com certeza nos serviços de obras particulares nesta autarquia. Portanto a autarquia não tem mais do que cumprir o que a lei exige. Agradece-se é que a Câmara cumpra a lei.-----

**António Gomes** – Justificou um pouco mais a sua proposta expressando-se do seguinte modo: “Uma parte de nós, cidadãos e cidadãs, não tem acesso aos mesmos direitos que a maioria. A sociedade não tem sido pensada e muito menos construída para todos. Falemos apenas nas pessoas com deficiência e nestes apenas no que se relaciona com o mero ambiente livre de barreiras. Como seríamos todos um pouco mais felizes. A vida autónoma das pessoas significa o acesso a outros direitos, como todos compreenderão certamente. O Bloco de Esquerda pretende dar um pequeno contributo com esta proposta, e com este debate, um pequeno esforço do estado, um pequeno esforço das autarquias para alterar o acesso aos

abrigo e passagens dos autocarros, assim como o tarifário, pode significar um passo de gigante para alguns. Queria dizer o seguinte em relação a algumas intervenções: Esta proposta refere-se única e exclusivamente à alteração do Regulamento dos TUT. Foi lido só o texto de apoio, mas o principal, aquele que vai ser votado diz o seguinte: “*A Assembleia Municipal de Torres Novas pronuncia-se favoravelmente pela alteração do Regulamento de Utilização dos TUT, no sentido de garantir aos cidadãos e cidadãs com deficiências, melhores condições de acesso aos abrigos e paragens, assim como aos autocarros. Pronuncia-se igualmente pelo alargamento dos benefícios já existentes nos tarifários para estudantes e idosos aos cidadãos com deficiências. A Assembleia Municipal de Torres Novas considerando a importância desta matéria manifesta a opinião de que a Câmara Municipal, deve apresentar as alterações correspondentes ao regulamento em vigor, num prazo razoável, de forma a que no ano de 2008 estas medidas possam ser implementadas*”. Gostava de dizer que estamos a tratar o assunto apenas na área dos transportes e dizer que todas as leis têm regulamentos e há um regulamento dos TUT que advém da lei e o que se propõe é uma alteração ao regulamento. Dizer que a lei 9/89 que foi alterada em 2004 em relação aos transportes o que diz é o seguinte: “o sector dos transportes deve adoptar medidas que garantam à pessoa com deficiência o acesso de circulação e utilização da rede de transportes públicos, sem prejuízo de outras modalidades de apoio social”. Isto é em relação aos transportes, há muitas situações em Torres Novas que precisavam de ser resolvidas, penso é que se deveria fazer outra proposta, não cabem nesta, agora é simplesmente como vem escrito, propõe-se a alteração do regulamento dos TUT e o regulamento contempla tarifários, paragens, autocarros, é importante é que a Câmara a traga a esta Assembleia. Não consigo perceber onde é que está a demagogia desta proposta, acho até grave que se trate este assunto com esses adjectivos, só pode ser para justificar o voto contra a proposta por parte do PSD”.-----

O 1.º **Secretário Luís Silva**, leu de seguida a proposta da CDU já anteriormente lida pelo membro José Vaz Teixeira.-----

**José Carlos Frango** – Disse que, mesmo que seja imposição na lei todas essas considerações e que seja um pouco chover no molhado, esta proposta do Bloco de Esquerda, não deixa contudo de ter o seu mérito, só peca por vir atrasada, mas até agora ninguém fez

melhor, fica justificado. Não pode perceber nem aceitar que um partido político seja ele qual for, ainda mais aqueles que se arvoram em defensores dos direitos dos cidadãos e das grandes preocupações sociais, se abstenham numa votação desta natureza. Não aceita tal atitude enquanto cidadão e autarca deste concelho.-----

**Manuel Filipe** - Respondeu que tem toda a liberdade de aceitar ou não, o que não pode é atirar areia para os olhos dos outros. Está-se a falar de deficiência de ordem física e não de ordem económica. Frisou que tudo o que possa superar as dificuldades que os cidadãos possam ter na cidade, na circulação, no acesso aos serviços públicos, estão de acordo. Agora não podem é meter tudo no mesmo saco e transformar isto num problema de ordem física, e passar para problemas de ordem económica. É querer meter duas coisas numa.-----

**António Leal** – Disse ter percebido a proposta do Bloco Esquerda e acrescentou o seguinte: “quando o PSD intervém, a nossa preocupação é mais para além do que a proposta do BE.

Julgo que há aqui um princípio que gere a intervenção do PS e que no fundo acaba por ser contraditória. A legislação em vigor concede benefícios fiscais aos menos capazes da sociedade, este princípio, que assenta na lei geral, parece que não tem aplicação no município.-----

**José Trincão Marques** – Referiu que este é um assunto onde é fácil fazer demagogia, devendo por isso ser tratado com cuidado e atenção. Afirmou que esta proposta do BE pode ter alguma pertinência, mas mistura alguns aspectos que convém destrinçar. Foram aqui referidos os benefícios fiscais atribuídos a nível nacional aos deficientes, mas convém esclarecer que tais benefícios fiscais são actualmente condicionados às possibilidades económicas de cada deficiente. Ou seja, actualmente os benefícios fiscais nacionais atribuídos aos deficientes são comparativamente diferenciados consoante o nível de rendimentos de cada contribuinte. Não seria justo que, na prática, um deficiente com rendimentos muito elevados tivesse os mesmos benefícios fiscais que um deficiente com rendimentos mais baixos.

Justificou o seu sentido de voto de abstenção dizendo que não pretende inviabilizar a aprovação da proposta do BE, devendo a mesma ser apreciada pela Câmara Municipal. Se

pretendesse inviabilizar tal proposta votaria contra. Contudo com a sua abstenção pretende chamar a atenção da Câmara Municipal para quando apreciar a proposta ter em consideração a existência a nível nacional de benefícios fiscais diferenciados para os cidadãos deficientes consoante os seus rendimentos.

Em relação à proposta de aditamento da CDU disse que, à semelhança do que foi referido pela Engenheira Evelina Mendes, do PSD, existe uma lei geral que prevê efectivamente determinado tipo de procedimentos e de obrigações, que devem ser aplicados nas construções dos edifícios para facilitar os acessos a deficientes, pelo que não lhe parece correcto do ponto de vista jurídico, estar a repetir em regulamento da Câmara, obrigações que já decorrem na lei geral. Existindo uma Lei nacional que já regula este assunto, a mesma deve ser cumprida pelos seus destinatários, neste caso o Município.

Terminou, voltando a esclarecer que a proposta do BE merece ser analisada com cuidado e ponderação, tendo em conta o que se passa a nível nacional, com a atribuição de benefícios fiscais relativamente maiores aos deficientes com menores rendimentos do que aos deficientes com rendimentos mais elevados.-----

**José Vaz Teixeira** – Disse o seguinte: “Acho que a argumentação do PS em relação aos benefícios fiscais de acordo com o rendimento da pessoa, não corresponde à realidade deste país. Eu posso-me considerar em termos de disponibilidade económica, pertencer a uma classe média alta e devido a um problema de saúde tenho descontos no IRS. Além disso existem benefícios tarifários para estudantes e idosos, porque não hão-de existir para deficientes, acho que este argumento não tem cabimento. Quando eu falo numa recomendação à Câmara no sentido de se cumprir a Lei é porque ela não está a ser cumprida. Embora a lei exista, em muitos casos não é cumprida. Não se aceita o acrescento na proposta, mas solicitamos a sua votação e que seja remetida à Câmara como recomendação”.-----

**António Gomes** - Disse que relativamente à CDU, está de acordo com a sua proposta, pensa é que não cabe nesta proposta, estamos a falar dos TUT e era importante não misturar as coisas, isto é uma proposta muito concreta, muito objectiva sobre os TUT. Se a Câmara conseguisse concretizar esta proposta a situação referida pelo Manuel Filipe encontra-se já contemplada no regulamento, é só incluir os deficientes.-----

**José Carlos Frango** – Dizer o seguinte: Se o problema tem a ver com dinheiro se calhar a quantidade de pessoas que irão utilizar o serviço, serão pouco mais de doze e isso não leva de modo algum, os cofres da Câmara abaixo.-----

**José Trincão Marques** – Voltou a reiterar e a afirmar que actualmente a Lei nacional diferencia relativamente a atribuição de benefícios fiscais aos deficientes consoante as suas possibilidades económicas, o que decorre da Lei de Orçamento de Estado em vigor para o corrente ano de 2007. -----

**Manuel Filipe** – Disse estarem de acordo se forem utilizados os mesmos critérios que para os idosos.-----

O **Sr. Vice Presidente**, interveio considerando que a discussão versa um assunto bastante sensível, que embora com opiniões divergentes, todos terão razão e acrescentou que já existe a primeira fase de um estudo de barreiras arquitectónicas para Torres Novas, feito por uma empresa de ergonomia, e entregue nos serviços de Urbanismo. Considerou que o mais importante nesta discussão levantada pelo Bloco de Esquerda a qual faz questão de louvar pela lembrança, é que a legislação não existe desde 2006, mas sim desde 1986, o grande problema do país é fazê-la cumprir.-----

Antes da votação, o **Sr. Presidente da Mesa**, informou que a sugestão apresentada pela CDU irá ser remetida à Câmara.-----

**Procedeu-se de seguida à votação da proposta, para eventual alteração do Regulamento do Sistema de Utilização dos Transportes Urbanos Torrejanos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade** -----

**Foi ainda deliberado aprovar em minuta, os pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e onze da ordem de trabalhos.**-----

O Sr. Presidente da Mesa, informou que por razões muito pessoais, iria apresentar na próxima sessão, a sua renúncia ao mandato.-----

**José Trincão Marques** – Interveio para referir que, considerando as palavras que o Sr. Presidente da Assembleia proferiu neste momento, queria acrescentar o seguinte: “No dia 25.06.07, referi aqui que o Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia vinha desempenhando o cargo de forma exemplar, conduzindo sempre os trabalhos com grande serenidade, competência, equilíbrio e respeito pelo membros que a constituem, contribuindo para o bom e regular funcionamento das reuniões. Quero reiterar estas palavras e prestar a minha homenagem ao desempenho do Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, durante esse período”.-----

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém dela usou, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e quinze minutos, do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e sete, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.-----